



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Propositura: Veto parcial ao Projeto de Lei do Legislativo n. 28 de 2025, protocolado nesta Casa de Leis em 18 de novembro de 2025.

Ementa: “Veto parcial ao Projeto de Lei 28/2025 - Dispõe sobre a implantação de profissionais da psicologia e assistentes sociais na rede pública municipal de educação.”

Autoria: Chefe do Executivo Municipal.

O Projeto de Lei do Legislativo n. 28 de 2025, de autoria da Vereadora Mara Silvia Valdo, tem por objetivo a implantação de serviços de assistência social e de psicologia na rede pública municipal de Educação Básica, com o objetivo de assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais aos alunos e desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O mesmo seguiu seu trâmite legal dentro dessa Egrégia Casa de Leis e teve sua aprovação na 16ª Sessão Ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2025.

Ao seguir para a sanção do Chefe do Executivo Municipal, o mesmo apresentou veto parcial aos parágrafos 1º, 3º e 4º do art. 1º, dentro do prazo legal de 15 dias úteis estipulado pelo art.36, §1º da Lei Orgânica Municipal e § 2º do art. 178 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

O veto fundamenta-se na alegação de vício de iniciativa, invasão da esfera administrativa e criação de despesas sem o devido impacto financeiro. Entretanto, ao examinar atentamente o teor dos dispositivos vetados, bem como a fundamentação apresentada pelo Executivo, verifica-se que nenhuma das razões invocadas se sustenta diante da interpretação jurídica adequada, da jurisprudência consolidada do Supremo



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Tribunal Federal e do recente julgamento do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre matéria idêntica.

A derrubada do veto se justifica tanto sob o prisma jurídico-constitucional quanto sob o aspecto do mérito administrativo, demonstrando que o Projeto de Lei não incorre nos vícios apontados e, ao contrário, promove o interesse público local.

No que concerne ao **§ 1º do art. 1º**, o Executivo afirma que o dispositivo imporia a vinculação das equipes multiprofissionais à Secretaria Municipal de Educação, interferindo diretamente na organização interna da Administração.

Contudo, com o respeito devido ao veto apresentado, essa leitura não corresponde ao texto aprovado pela Câmara.

O parágrafo estabelece, com clareza e de forma expressa, que os profissionais “preferencialmente estarão vinculados à Secretaria Municipal de Educação”. A utilização do termo “preferencialmente” significa que não há qualquer imposição à estrutura administrativa, preservando-se integralmente a discricionariedade do Prefeito para alocar tais profissionais na secretaria que reputar mais conveniente.

O dispositivo não amarra a gestão, não cria órgão, não fixa estrutura, não altera regime jurídico e não limita a liberdade administrativa. Trata-se de mera orientação legislativa, legal e legítima, que não afronta a iniciativa privativa do Executivo.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consagrada no Tema 917, deixa evidente que não invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo a lei de iniciativa parlamentar que cria obrigações ou diretrizes sem tratar da estrutura interna da Administração nem do regime jurídico dos servidores. O § 1º se enquadra exatamente nessa hipótese, motivo pelo qual não se identifica qualquer inconstitucionalidade.

Em relação ao **§ 3º do art. 1º**, o veto sustenta que a pactuação entre as Secretarias de Educação e Saúde para definição da periodicidade e rotatividade das equipes acarretaria ingerência legislativa indevida sobre a gestão administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Entretanto, novamente com a vênica merecida, o dispositivo vetado tampouco cria estrutura, tampouco obriga procedimento rígido; ao contrário, apenas determina que as duas secretarias, ambas diretamente relacionadas ao objeto da política pública, realizem pactuação entre si para organizar o fluxo de trabalho.

Não há imposição de prazos, de modelos, de cargas horárias, de quantitativos ou de estrutura administrativa. A pactuação mencionada é ato administrativo ordinário e inerente à gestão de políticas intersetoriais, como ocorre rotineiramente na execução de ações conjuntas entre assistência social, saúde, educação e demais áreas da Prefeitura.

Assim, o dispositivo não interfere na autonomia administrativa, mas apenas garante a necessária articulação entre secretarias para correta implementação da política pública, o que reforça, e não prejudica, a eficiência administrativa.

No que se refere ao fundamento utilizado pelo Executivo para vetar o **§ 4º do art. 1º**, segundo o qual o dispositivo trataria de “criação de cargos, ainda que indiretamente”, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo pelo art. 33, I, da Lei Orgânica Municipal, além de supostamente impor à Administração a existência de “um profissional por escola”, é necessário destacar que tal interpretação pode não encontrar sustentação no texto aprovado pelo Legislativo.

O **§ 4º** não cria cargos, não estabelece quantitativos permanentes, não altera o quadro de pessoal e tampouco determina a estrutura administrativa do Município. O dispositivo apenas assegura que cada unidade escolar conte com a atuação mínima de um psicólogo e de um assistente social, mas deixa absolutamente livre ao Poder Executivo a forma pela qual tais profissionais serão disponibilizados: utiliza a expressão “pode utilizar profissionais já em atividade”, “se assim melhor entender”, podendo ainda, a critério exclusivo do Prefeito, proceder à contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021, realizar concurso público ou adotar a solução administrativa que reputar mais adequada.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Não há, portanto, vinculação obrigatória à criação de novos cargos, inexistindo qualquer ingerência sobre a estrutura organizacional municipal.

Cumprе ressaltar que garantir a presença mínima de profissionais na unidade escolar não configura criação de cargo, da mesma forma que leis que asseguram a presença mínima de profissionais da saúde em postos, agentes de proteção em conselhos tutelares ou nutricionistas em programas sociais também não importam aumento obrigatório de quadro de pessoal.

O dispositivo não determina o regime jurídico, a forma de contratação, o número de cargos nem a inserção no quadro permanente; apenas estabelece o resultado esperado da política pública, cabendo ao Executivo decidir como alcançá-lo, em estrita consonância com o que exige o Tema 917 do Supremo Tribunal Federal.

Conforme fixado pela Suprema Corte, não se caracteriza usurpação da competência privativa do Executivo quando a lei parlamentar cria deveres ou obrigações decorrentes de políticas públicas, desde que não imponha estrutura administrativa ou regime jurídico de servidores. O § 4º, ao entregar ao Executivo alternativas múltiplas e plenamente discricionárias, ajusta-se integralmente a esse precedente constitucional.

Também se mostra equivocada a leitura de que o dispositivo “tolhe a administração pelas Secretarias”. O texto legal não determina lotação específica, não cria unidades, não impõe rotinas, não define organogramas e não vincula os profissionais a qualquer departamento.

O Executivo mantém autonomia absoluta para organizar seus quadros, distribuir as atribuições e decidir como cumprir a política pública instituída. Trata-se, portanto, de previsão típica de diretriz legislativa, que não interfere na gestão nem viola reserva de iniciativa.

Esse entendimento é reforçado pela recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo na ADI nº 2276369-80.2024.8.26.0000, que examinou lei substancialmente



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

idêntica e consignou que a fixação de diretrizes para atuação de psicólogos e assistentes sociais na rede escolar não equivale à criação de cargos nem à alteração da estrutura administrativa, motivo pelo qual a norma foi considerada constitucional.

Assim, a alegação de que o § 4º cria cargos de forma indireta não procede, pois o dispositivo apenas indica o mínimo necessário para execução da política pública, deixando ao Executivo a liberdade de escolha entre profissionais existentes, contratação temporária, contratação via nova lei de licitações, concurso público ou outro meio que considerar adequado.

Não há obrigatoriedade, não há ingerência e não há criação de cargos. A interpretação do Executivo, ao supor que qualquer exigência de prestação de serviço implica necessariamente criação de cargo, pode contrariar os precedentes do STF, a prática legislativa consolidada e o próprio conteúdo literal do projeto, motivo pelo qual a argumentação deve ser rejeitada

Diante de todos esses fundamentos, chegou-se à conclusão que o projeto de lei não invade competência privativa do Chefe do Poder Executivo, não cria despesas obrigatórias, não estabelece estrutura administrativa e não viola normas financeiras.

Ao contrário, ele apenas institui política pública autorizada pela legislação federal e amplamente reconhecida pela jurisprudência dos tribunais superiores. Assim, esse Relator manifesta-se pela rejeição integral do veto parcial, permitindo a promulgação plena do Projeto de Lei do Legislativo nº 28 de 2025, em benefício da comunidade escolar e da proteção integral às crianças e adolescentes da rede pública municipal de ensino.

Assim, esse Relator se manifesta favoravelmente à derrubada do veto parcial do Poder Executivo aos parágrafos 1º, 3º e 4º do Art. 1º do Projeto de Lei do Legislativo nº 28 de 2025.

Dois Córregos, 26 de novembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Vinícius de Oliveira Gonçalves
Relator

ASSINADO POR Vinícius de Oliveira Gonçalves - 2E08-V6H2-WJ31-726K



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Dois Córregos. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://doiscorregos.siscam.com.br//documentos/autenticar?chave=2E08V6H2WJ31726K>, ou vá até o site <https://doiscorregos.siscam.com.br//documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 2E08-V6H2-WJ31-726K



ASSINADO POR Vinícius de Oliveira Gonçalves - 2E08-V6H2-WJ31-726K